

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## DA CANDELÁRIA À CINELÂNDIA: NOTAS DA DISPUTA PELOS ROYALTIES DO PETRÓLEO EM CONTEXTO CAPIXABA

João Paulo dos Santos de Souza  
Mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do  
Espírito Santo  
E-mail: [joaopssouza93@gmail.com](mailto:joaopssouza93@gmail.com)

**RESUMO:** Os acontecimentos no Poder Legislativo em esfera federal, na virada para a década de 2010, abalaram os editoriais da imprensa regional em torno da então ‘nova lei dos royalties do petróleo’. Essa referida agenda midiática teria se mobilizado inteiramente sob o calor e tensão das discussões na cena política nacional, do que se destaca intensa participação parlamentar dos políticos capixabas, assim como de setores da sociedade civil, até a derrota dos estados confrontantes e imediata judicialização em favor deles. Esse importante e inconcluso episódio é escopo deste artigo, cujas ênfases aqui pretendem: (1) analisar o contexto histórico da proposição e aprovação dessa lei, bem como a contribuição espírito-santense para o debate — trazendo como amostra a passeata realizada em 17 de março de 2010, que partiu da Igreja da Candelária rumo à Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro; (2) investigar o papel que a mídia local exerceu sobre a opinião pública; (3) compreender, a partir da teia dos acontecimentos, as narrativas históricas e usos políticos predominantes das personagens locais, realizando um balanço da história política local, em face às identidades capixabas extraídas do contexto da ‘batalha dos royalties’.

**Palavras-chave:** Espírito Santo. Royalties do petróleo. Narrativa histórica.

### Introdução

O presente texto se insere na investigação de aspectos da história política capixaba<sup>1</sup> e espírito-santense, de modo a enfatizar o contexto político desta região no tempo presente. Precisamente, situa-se os eventos concernentes à controvérsia federativa em torno da Lei nº 12.734/2012 (BRASIL, 2012), dispendo a nova partilha dos *royalties* do petróleo.

---

<sup>1</sup> Sobre o gentílico capixaba, espírito-santense, a classe de palavras designa todo indivíduo nascido e domiciliado no Estado do Espírito Santo.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O confronto abrange de descobertas tecnológicas — do anúncio da estatal Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) da extração pioneira de petróleo na camada pré-sal<sup>2</sup> do litoral brasileiro em setembro de 2008 —, passando-se pelas imediatas proposições em torno de um novo marco regulatório da exploração e das consequentes mudanças em direitos adquiridos; fatos que tomaram a agenda regional e nacionalmente até o início de 2013, quando da aprovação da referida lei, e sua imediata judicialização no âmbito do Superior Tribunal Federal<sup>3</sup>.

Cabe pontuar preliminarmente que os editoriais dos jornais locais convencionaram em usar verbetes de auxílio ao público leitor, repetidamente, para fins de definição, tais como: “os royalties são uma compensação financeira que as empresas que exploram e produzem minério de ferro, petróleo e gás natural precisam pagar ao Estado” (FUTURO..., 2010, p. 13). Os pequenos extratos jornalísticos encontrados neste texto permitem que se delimite o que essa pesquisa quer de fato analisar, que são as formas, posicionamentos e usos dispostos pela mídia local no trato com o problema dos royalties.

## **Revisão literária e metodológica**

Parte dessa pesquisa deveria pressupor questões sobre a construção da agenda midiática, deduzindo-se sobre a mensagem transmitida por meio de teorias consolidadas do fazer jornalístico, ou mesmo por embasamentos em teorias da ação comunicativa, por exemplo. Contudo, seria ainda indevido para o que se quer tratar aqui e, para não ignorar simplesmente todo um campo de conhecimento, demarca-se um apoio à fundamentação de Maia, Terra e Da Matta (2015), quando elas entendem que,

devido à característica intrínseca dos meios de comunicação de produzir efeitos sobre a sociedade, é importante compreender o tipo de mensagem enviada para o público no contexto da proposta de um novo sistema de

---

<sup>2</sup> “Uma camada de petróleo localizada em profundidades que superam os 7 mil metros, sob as águas oceânicas, abaixo de uma espessa camada de sal. No final de 2007 foi encontrada uma extensa reserva de petróleo e gás natural nessa camada, em uma faixa de 800 quilômetros entre Espírito Santo e Santa Catarina.” (GOVERNADOR..., 2009, p.33).

<sup>3</sup> O evento em questão ocorreu quase que imediatamente, devido ao número de contestações judiciais feitas pelos produtores da commodity, sobretudo quando o Estado do Rio de Janeiro argumentou na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.917.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

partilha dos royalties do petróleo no Congresso Nacional. Tema entendido pela comunidade política como merecedor de atenção que influenciou a agenda midiática (p. 14)

O contexto em questão pressupõe um roteiro de atuação — tal como explicitado introdutoriamente. O papel da mídia aqui está posto por outro ângulo, qual seja em âmbito historiográfico. Compreendendo as influências derivadas dos trabalhos, demonstra-se um pressuposto de Nascimento, segundo o qual, o historiador se preocupa em produzir escritos que não se “não se limitam a regras do fazer historiográfico de sua época, mas que, também, se referem a desafios da vida cultural de seu tempo, pois a própria elaboração do saber histórico emerge de impulsos que conduzem a esses desafios.” (2018, p. 31)

Mas é além desse ponto que surge outra premissa, já perguntada por uns e defendida por outros, mas aqui igualmente pertinente: a partir de questões de espaço e de tempo historiografias se construíram mediante elementos atribuidores de sentido e, por conseguinte, de identidades. E aqui se compreende uma história regional sustentada à uma ideia de ‘História Plural do Brasil’, apoiando-se em Reis (2017):

Meu conceito de “identidade”, e por isso o plural do título, “identidades”, não é o da manutenção de um “indivíduo/sociedade históricos” em uma dimensão atemporal, eterna. “Identidade” não é um congelamento, uma ossificação, uma reificação, um emparedamento. Ao contrário, o problema da identidade aparece de forma fecunda, produtiva, quando o “indivíduo/sociedade” começa a se inquietar e a duvidar de seu passado, do que tem sido, quando diz: “Quanto mais vivo assim quando mais penso sobre o que já vivi e sou, mais insatisfeito, mais inquieto, mais despreparado me sinto, e com uma vontade imensa de deixar de ser o que sempre fui e de me tornar outro.

Em face ao entendimento do comportamento da elite capixaba como não necessariamente subalterno, mas de ‘pequenez’ ante a maioria dos entes federados majoritários, sobretudo frente à União, o estado ofereceu um perfil político resistente. Quando primariamente pensar-se-ia sob um aspecto nacional de ‘presidencialismo de coalizão’, a divergência partidária esperada sob matiz nacional deu lugar a uma

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

distribuição regional dos perfis da classe política, basicamente entre estados ‘produtores’ contra os ‘não produtores’.

Em Pereira (2012), pode-se elucidar tal oscilação de demandas, ora em coalizão partidárias, ora por intercessão política regionalista. Para aglutinar diferentes lideranças sob o interesse governamental, bastaria um amparo geral dos interesses particulares e, rapidamente, os antagonismos locais, seja por ideologia e por regionalismos, são imediatamente deixados de lado. Precisamente, essa “mediação oligárquica é o processo pelo qual uma liderança de base restrita assume a condição de intermediário entre aqueles que disputam o poder dentro de um município ou em áreas mais extensas.” (p. 34)

Com base nessa síntese literária, a pesquisa teve um pressuposto essencial, qual seja o de inscrever uma narrativa crítica dos debates políticos do novo sistema de partilha dos royalties do petróleo. Uma pesquisa historiográfica, política e circunscrita à História do Estado do Espírito Santo, no âmbito da Nova República, tendo a mídia local como pano de fundo. Verificamo-la enquanto igualmente protagonista nos embates, participando com ativa contribuição no recorte temporal verificado, precisamente entre os proclames da descoberta de petróleo na camada do pré-sal, delimitando-se principalmente de 2007 até a aprovação da nova lei, no início do ano de 2013. Quando ainda transcorria a sensação de um futuro de prosperidade abundante sobre o Estado do Espírito Santo, tão logo as controvérsias municipais foram consumidas por uma guerra federativa, que desde já lançou o Estado combalido a campo, política e retoricamente.

Por certo que dentre artigos e discursos, foi possível acessar toda uma cronologia de artigos, colunas e reportagens jornalísticas por meio da Biblioteca Virtual do Instituto Jones dos Santos Neves, onde as fontes impressas podem ser acessadas, conforme se pode visualizar nas próximas linhas. Para o aporte temático, realizou-se a busca pelo termo ‘royalties’, o que, resultou em 273 citações do termo pesquisado, associado a múltiplas menções, tais como: Estado do Espírito Santo; petróleo; economia; Petrobras; pré-sal etc. Coube ainda, um elenco de 318 artigos de jornal, dentre os de maior circulação estadual *A Gazeta* e *A Tribuna*. (IJSN, 2020). É deste primeiro compilado que se terá aqui uma cronologia dos principais acontecimentos até a ato conjunto de

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

políticos capixabas e cariocas, um dentre vários ocorridos sob o calor dos debates. Ainda que não se esgote o assunto, quer-se aqui oferecer as primeiras impressões do comportamento midiático e da narrativa capixaba posta em tela.

### **Da cronologia de discursos e eventos: do de prosperidade ao enredo de perdas**

A chegada do presente século trouxe para o Estado do Espírito Santo um conjunto de expectativas, as quais se mostravam respostas veementes às experiências de seu passado recente — a saber, os então chamados ‘ciclos desenvolvimentistas’. Paulo Hartung (PSB-ES), enquanto governador do Estado consecutivamente entre 2003-2010, foi o porta-voz de si mesmo ao celebrar o *Terceiro Ciclo de Desenvolvimento*, um ideário de desenvolvimento econômico traduzido pelo lema *Um Novo Espírito Santo*. Por meio disso, inaugurou-se uma nova era de progresso e, sobretudo, de superação. Tal força simbólica, proclamada pela autoridade máxima do Poder Executivo Estadual, afixou em mentes e corações capixabas não só um sentimento de superação, mas uma narrativa que é histórica e que indica para a superação de um atraso, igualmente imbuído de ideologia e tradição discursivas. (NASCIMENTO, 2018, p. 34-42)

Partindo do exposto, portanto, revisitar as diferentes narrativas se faz perpassando os sentidos dessa **superação do atraso**. Apoiando-se novamente em Nascimento (2018), “fosse a partir da lógica atraso/progresso ou da decadência/superação, respectivamente, as narrativas tiveram o progresso/desenvolvimento como categorias norteadoras das representações históricas do Espírito Santo” (p. 201). Um detalhamento do discurso hartunguista, ilustrado anteriormente, indica para um comportamento das elites políticas capixabas em anunciar seus discursos políticos, de modo que pode-se considerar uma tradição: que do Palácio Anchieta (a sede do Governo Estadual) incida o fomento das grandes transformações e, de sua igual propriedade, profiram-se os discursos de inovações estruturantes. Um exemplo imediatamente anterior deve ser acrescentado, quando da indicação de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) para o governo estadual, o qual se inseriu na manutenção da chamada ‘plataforma ideal’, mas, sobretudo, na concepção dos chamados ‘Grandes Projetos de Impacto’. Feito este recuo temporal, às épocas do regime militar, durante aquele mandato, segundo Oliveira (2018), o consenso de que “a superação da histórica dependência do café, na visão do

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

novo governo, deveria ser construída a partir de premissas bem mais ousadas no que tangia à inserção do Espírito Santo no processo de desenvolvimento econômico nacional e internacional.” (p. 266)

### *Da agenda midiática no decorrer do terceiro ciclo de desenvolvimento: do triunfo inicial ao enredo de perdas*

Estando consensuadas nos apontamentos anteriores, as elites capixabas se articularam convergentemente e puderam se perpetuar enquanto classe política por excelência, visto que se constituíam como isentas de responsabilidades dentro de uma região sem notoriedade perante o governo central. Por meio dessa primeira janela, pode-se vislumbrar outros usos políticos do passado, presentes em outras personalidades, as quais se mostram a seguir.

Retomando o período temporal de interesse, onde se pode abarcar uma série de discursos triunfalistas, mostra-se aqui um roteiro sucinto da superação do atraso pelo Terceiro Ciclo de Desenvolvimento, do qual se pode destacar a função de uma convergente agenda midiática imposta sobre a opinião pública. Alguns títulos dos cadernos de Economia de *A Gazeta* aplaudiram a boa-nova do futuro capixaba que multiplicaria sua capacidade exploratória de petróleo: “Petrobras investe 600 milhões no ES” (BELESA, 2003a, p. 10); “Petrobras triplica a produção no Estado”(BELESA, 2003b, p. 9); “‘Ouro Negro’ elevação da produção de óleo no Estado irá trazer mais sete plataformas para exploração até 2010” (ZANDONADI, 2004, p. 11); “‘Bom momento’: depois de mais uma década, serão investidos R\$ 300 milhões no ano que vem” (BRIDI, 2004, p. 11); “‘Futuro’ setor de energia, basicamente o petróleo, teve incremento de 84% nos investimentos previstos”(BRIDI; ZANDONADI, 2005, p. 18);. Para não delongar em mais quanto aos elementos essenciais deste projeto, citaremos chamadas similares de *A Tribuna* em momento posterior.

O que ocorre na verdade é que, passada a década inteira de prosperidade, com os poucos encartes supracitados aqui, esse discurso editorial se voltou para o sentido inverso, quando das primeiras ações na cena política federal, questionando-se o modelo da

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

partilha, que até então vigorava sob a Lei 9.478/1997 — *Lei do Petróleo*. (BRASIL, 1997).

Era a virada para a década de 2010, fim dos dois mandatos de Hartung. E para chegar no intervalo perpétuo, no momento quando o Supremo Tribunal Federal suspendeu a mudança no regramento, o debate federativo alcançou a ordem do dia. E enquanto isso, como se anteviu nos artigos jornalísticos, tal discurso de progresso, que não era enunciado concretamente, passou a ter como implícitas ideias e vontades a influenciar a opinião pública, contornando um cenário segundo o qual se apontava que as propostas de mudanças nas regras de rateio por um ‘novo’ sistema de partilha, era dever necessário dessa referida agenda midiática, para impor imediata e inteira mobilização, sob o calor e tensão das discussões da cena política nacional, contra a aprovação da Lei 12.734/2012.

### *Da Candelária à Cinelândia: entre emendas, projetos e mobilizações*

O ineditismo da anunciada capacidade da Petrobras de extrair petróleo na camada do pré-sal tomou a agenda energética nacional e internacional, pois apontava para uma incalculada reserva de exploração e de fronteiras a expandir no território. Novidades quanto a criação de uma nova estatal e dúvidas quanto se as mesmas separações territoriais do pós-sal valeriam para o pré-sal.

Tão-só em território nacional uma série de questões de rediscussão quanto à partilha de royalties do petróleo vieram à tona. Um marco regulatório começou a ser discutido (ZANDONADI, 2009, p. 19), concomitante à ideia de dividir os recursos entre estados e municípios indiscriminadamente (SANTANA, 2009, p. 28). Até o momento em que o Espírito Santo e demais Estados produtores se depararam com uma proposta de Emenda, apresentada pelos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Humberto Souto (PPS-RS) e Marcelo Castro (PMDB-PI), a qual previa a distribuição dos royalties do pré-sal para todos os Estados da federação. Fato que muito rapidamente recebeu adesão de uma parcela de quase 300 deputados, colocando-se os “royalties sob alerta máximo”, conforme anunciava uma coluna publicada por Amorim (2009, p. 25).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Esse extrato é importante, e não porque evocou um “acordo” por anos mencionado por parlamentares capixabas de que o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva usaria de seus poderes de veto, em prol dos Estados produtores integralmente envolvidos, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. O presidente Lula já havia afirmado, segundo as fontes jornalísticas, descrever que o Congresso teria interesses em diminuir os ganhos dos Estados confrontantes/produtores. Em visita ao Estado, o presidente fez uma série de declarações, em resumo defendiam:

O papel do governo é como o papel de uma mãe. Tem que tratar todos com muito carinho. Não deixar faltar nada pra ninguém. E jamais uma mãe iria descobrir um filho para cobrir outro. O que nós precisamos é aumentar o cobertor, ou colocar todo mundo mais juntinho. (ZANDONADI, 2009, p. 13)

Contudo, em 2010 a Câmara dos Deputados então incorporou o projeto de lei da já famosa “Emenda Ibsen”, que de fato alterava as regras dos royalties e participações, indicando perdas totalizando à metade do montante que o Estado do Espírito Santo e seus municípios recebiam anualmente. A “quebradeira geral” era inevitável, caso não houvesse o veto do presidente. Foi um momento da Nova República em que não se falou da polarização sistemática entre direitas e esquerdas, entre petistas e tucanos. Havia uma guerra federativa em andamento, e a força editorial sobre a opinião pública não perdeu o passo. Começou-se a calcular as perdas futuras, durante as datas de plenárias e deliberações, numa profunda campanha de mobilização da sociedade civil.

Daqui se resulta o destaque para a passeata realizada em 17 de março de 2010, que partiu da Igreja da Candelária rumo à Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro, a qual contou com a presença do governador Paulo Hartung em fim de mandato, quando se reuniu com o governador carioca Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Eduardo Paes, então prefeito da capital fluminense, também pelo PMDB. O ato, povoado de políticos dos dois estados foi, no entanto, protagonizado por muitos artistas, os quais se juntaram a um público estimado de 80 mil presentes e, na ocasião, Paes abriu os microfones para apresentações artísticas (FILHO, 2010, p. 15).

Entre aquele ato público e outros que se realizaram em ambos os estados confrontantes, parlamentares se seguiam em controvérsias:

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(1) “Eles derrubaram o muro do vizinho e pegaram a riqueza. Queremos indenização” – Gerson Camata, Senador (PMDB-ES) para o deputado Humberto Souto; (2) “Uma maneira de compensar o Espírito Santo, já falei para o senador, é anexá-lo a Minas” – Humberto Souto (PPS-MG) para Gerson Camata; (3) “A transição não nos interessa. Queremos algo permanente. Nós podemos dificultar a votação da matéria” – Renato Casagrande, Senador (PSB-ES); (4) “Nem toda passeata é do bem. O Rio de Janeiro já fez uma passeata para apoiar o golpe de 64” – Ibsen Pinheiro, autor da emenda que muda a distribuição dos royalties; (5) “Não tenho ele (Lula) como um mentiroso, mas, se o presidente não cumprir o que disse, terei uma grande decepção” – Magno Malta, Senador (PR-ES); (6) “É uma falha gravíssima. A Constituição diz que parte do recurso deve ser dos estados produtores, mas não qual parte.” – Paulo Bernardino, Ministro do Planejamento. (ROYALTIES..., 2010, p. 29)

De fato, o prejuízo era iminente e a “guerra federativa”, como os citados demonstram, não se pacificava. A emenda causava pânico em municípios que praticamente direcionaram suas expectativas no recebimento dos royalties. Em resposta, uma edição de 22 de junho de 2010, divulgou uma parceria entre entidades de classe e governo estadual, na criação de um ‘Comitê Pró-Veto’, com “centrais sindicais, federações de trabalhadores da agricultura, movimentos populares, Universidade Federal do Espírito Santo, Ordem dos Advogados do Brasil e a classe empresarial” (CARDOSO, 2010, p. 11), pressionando o Presidente Lula a não aprovar nenhuma emenda. Mesmo com as sinalizações do presidente para o veto, o Estado preparava estratégias do que veio a ser a ‘batalha dos royalties’, reunindo conjuntos de inconstitucionalidades nas propostas de Ibsen Pinheiro e Pedro Simon (ESTEVEZ, 2010, p. 33). O governador Paulo Hartung, por ocasião em outubro do ano eleitoral de 2010 “discursou contra a redistribuição dos royalties em evento que teve a presença do autor da proposta” (SEIXAS, 2010, p. 25).

### *Da aprovação e judicialização da lei: balanço político*

Sucessivos eventos foram amplamente noticiados, ao menos dentre os bastidores das casas legislativas, até ao que importou de verdade. A esperança era a de que a Presidenta Dilma Rousseff, sucessora de Lula e a primeira mulher eleita à Presidência da República, “cumprisse o acordo” que Lula fizera aos estados produtores. Os

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

editoriais e políticos locais ora a acusaram de se negar a entrar diretamente nas negociações, ora confiaram de que a Presidenta iria apoiar Espírito Santo e Rio de Janeiro, se veto de Lula caísse (THOMAZELLI, 2011, p. 27).

Passados os movimentos na cena política, mesmo tendo ela vetado o projeto, declararam ainda que a Presidenta doravante teria se isentado. Um novo cenário distensionaria os debates. Na primeira tentativa de derrubada dos vetos de Dilma, a votação fora suspensa provisoriamente pelo Judiciário, gerando revolta em lideranças congressuais (ROYALTIES..., 2012, p. 27). Por fim, em 15 de março de 2013, a *Nova Lei dos Royalties* (leia-se a Lei nº 12.734/12), foi publicada no Diário Oficial da União em edição extra, fato que mobilizou com rigor os dispositivos de judicialização. Quando do atendimento ao pedido de uma liminar apresentada pelo Estado do Rio de Janeiro, a ministra Cármen Lúcia fez a relatoria e decidiu por suspender a re-divisão dos royalties até julgamento final pelo STF. Em declaração no texto despachado, a ministra do Supremo conclui que: “Assim se tem resguardados, cautelarmente, direitos dos cidadãos dos Estados e municípios que se afirmam atingidos em seu acervo jurídico e em sua capacidade financeira e política de persistir no cumprimento de seus deveres constitucionais”. (THOMAZELLI, 2013, p. 27)

A polêmica estava bem distante do fim. Mas o que o exposto acima quis indicar, para além dos ajustes das agendas dos políticos e da grande mídia capixaba, materializou-se nos atributos retóricos utilizados para se opor a lei dos royalties em suspensão. O exemplo emblemático dessa guerra federativa expressamente ilustrada nas passeatas, por exemplo, pode ser verificado em uma importante reportagem do caderno de Economia de *A Gazeta*, trazendo usos do passado muito pertinentes para o que se queria dizer por narrativas históricas e pronunciamentos políticos predominantes dessas e de outras personagens locais, aqui envolvendo-se de políticos a editoriais jornalísticos. Antecipado pelo chapéu “velhas e novas ameaças”, o título da matéria apresenta: “Dos cafezais aos royalties, perdas incalculáveis”. E, seguindo-se da linha-fina: “No Estado, rombo chegaria perto dos R\$ 4,3 bi”. (FILHO, 2011, p. 40)

O noticiário trágico acrescia da iminente perda total dos royalties do petróleo ao anúncio do fim de recebimento do Fundo de Desenvolvimento das Atividades

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Portuárias (FUNDAP), cuja razão argumentavam advir da ameaça maior — vinda de Brasília —, evocando-se assim uma alusão histórica de uma efeméride coincidente à data de publicação da reportagem: quando se completou 50 anos da política de erradicação dos cafezais e de toda uma mudança na atividade econômica capixaba, forçosamente direcionada ao favor de uma atividade urbano-industrial. Em uma das minientrevistas, o economista Haroldo Corrêa Rocha, dissertou sobre o Estado sofrer importantes ações unilaterais por parte do poder central, em cuja solução da crise da erradicação viria com o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES) e do FUNDAP, supracitado. Passado o último quarto do século passado, “morre-se” o modelo industrial para uma economia do conhecimento, apresentando-se como mais um obstáculo para o desenvolvimento econômico estadual: “Primeiro fomos a barreira verde, depois veio a erradicação do café e agora os royalties e o fim do FUNDAP. O capixaba tem know-how em **superar** dificuldades” (FILHO, 2011, p. 41, grifo nosso).

Na segunda minientrevista, Arthur Carlos Gerhardt Santos, o já mencionado governador entre 1971 e 1975, expressa o golpe da erradicação dos cafezais como mais severo em se comparando aos royalties e ao FUNDAP. Para ele, a diversificação foi e é uma saída: “traria mais empresas. Elas gerariam emprego, renda e mais arrecadação. Uma hora o petróleo acaba, mas a inteligência, estrutura técnica, fica” (FILHO, 2011, p. 41)

No plano teórico, com o qual se pode mapear o desafio historiográfico do Espírito Santo, conforme Nascimento enuncia em sua historiografia, ao agrupar “discursos fundadores do Espírito Santo” (2018, p. 24), pode-se verificar nos editoriais jornalísticos e nos discursos dos políticos capixabas o roteiro de um imaginário de desenvolvimento econômico e progresso perenes; e, contudo, a inversão desse horizonte devido ao espaço de experiência mobilizado no calor e tensão das discussões de partilha do petróleo e a controvérsia federativa. Com base nos elementos invocados nesta apresentação, há que se olhar para a prática corrente dessa grande mídia regional; deve-se questionar os caminhos tomados pela elite política capixaba, cujo tempo presente oportuna a visita dos mesmos personagens, alguns ainda atuantes na cena regional. Pode-se enfim perguntar, à guisa de conclusão: a briga automática de estados

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

confrontantes contra todos os outros entes federados era de fato a única alternativa viável para se apresentar ao debate nacional?

A menos que, desconstruídas as ideias de barreira verde e de erradicação dos cafezais, a perda dos royalties se mostre um evento fundante ou atribuidor de identidade daquela narrativa histórica de superação do atraso, precisa-se ainda demonstrar quanto dos interstícios da cobertura jornalística ofereceu outra perspectiva que não a de cerrar fileiras, isso se de fato ofereceu. Dentre uma *narrativa histórica do progressivo desenvolvimento do Espírito Santo*, e uma *narrativa histórica da formação econômica do Espírito Santo*, ainda que bem segmentadas por Nascimento e confrontadas quando o mesmo apresentou as denominadas *narrativas críticas do Espírito Santo*, pode-se verificar que uma estrada se abriu à pesquisa historiográfica regional, contendo possibilidades de corroborar consigo, por meio de novas fontes identificadas e à disposição. O autor fala de representações imagético-discursivas, as quais atribuíam a personagens do passado símbolos do progresso, seja nos tempos coloniais, ou mesmo no Espírito Santo republicano.

Tomando-se o caso elucidado anteriormente — quando se diz que “Primeiro fomos a barreira verde, depois a erradicação do café e agora os royalties” —, pode-se confirmar o binarismo atraso/progresso cuja opção pela superação é flagrantemente indicada como aspecto inerente à narrativa de desenvolvimento regional. Portanto, as personagens aqui elaboraram “uma história na qual a experiência do passado tivesse sentido para aquele contexto de modernização do Espírito Santo, tornando significativa a formulação da narrativa de superação.” (NASCIMENTO, 2018, p. 116)

## **Considerações finais: balanço da narrativa capixaba**

A escolha pelos jornais não deixou de fazer vislumbrar noções e sentidos, hierarquizações e representações. Entre o atraso e o progresso, a memória e usos políticos do passado, os valores atribuídos a personagens da elite administrativa, além de provocar a secundarização e apagamento de outros atores, irremediavelmente o faz com outras alternativas. Para além de se discutir as posturas dos interlocutores; pode-se também tratar essas lideranças como únicas mediadoras possíveis de quaisquer debates.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na historiografia poder-se-ia verificar essas tratativas a uns como qualificados, e a outros como elementos estranhos, preteridos de todos os projetos de Estado ao longo da história — o progresso contra o atraso. Nesta perspectiva, o que se poderia indagar sobre os modelos econômicos defendidos repetidas vezes nos editoriais jornalísticos, enquanto por poucas vezes se denunciava ocorrências de mau uso do dinheiro público em municípios fartamente alimentados com os royalties do petróleo? (SECRETÁRIOS..., 2011, p. 45)

Por fim, fica implícito que poucas escolhas alternativas poderiam ter sido feitas em âmbito institucional, não por causa da historiografia, mas por meio dela. Evocando-se uma *narrativa do progressivo desenvolvimento do ES*, verificou-se a imagem de Paulo Hartung, atribuindo a si o Terceiro Ciclo de Desenvolvimento gestado por seu grupo político, sendo de muitos modos herdeiro dos dois ciclos anteriores, as fundamentais atividades da cafeicultura e da industrialização via Grandes Projetos:

Revisitar o passado, nesse caso serviu para apropriar-se de um roteiro histórico já fundamentado com o propósito de pensar os caminhos do Espírito Santo no século XXI, e é por isso que encontramos interpretações condizentes com o discurso do *Novo Espírito Santo*, inaugurado por Hartung na mesma década. (NASCIMENTO, 2018, p. 154, grifo do autor)

Traços importantes da práxis histórico-política se dão quando “os atores históricos têm seu significado em conformidade com os critérios e signos que legitimam a narrativa histórica” (FERRO apud NASCIMENTO, 2018, p. 164). Para tal, toma-se emprestado trechos de análise de Pereira (2012), o qual atesta para a atitude ‘vitimista’ que o Estado do Espírito Santo apresentou, numa cronologia de curta duração, “teria ganhado o ‘bilhete premiado’ com o petróleo, a União cometeu um ‘erro’, ao mudar o marco regulatório e [em] permitir que ‘crescesse o olho grande’ dos outros Estados sobre ‘nossas’ riquezas”. E descreve, com ironia propositada, o anseio regional de que a então Presidenta Dilma (aquela que “resolveu lavar as mãos”) se sensibilizasse, que impedisse uma “garfada” nos royalties que inviabilizasse o estado e municípios produtores. “Afim de contas, o ex-presidente Lula e ela ter-se-iam comprometido com os Estados ‘produtores’. E promessa é dívida.” (2012, p. 16)

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

A seriedade do problema capixaba é evidente. Por trás do editorial e do plenário, o senso comum constrói um estado preterido, Deste modo, as mesmas elites político-administrativas, alicerçadas ou não aos mesmos conglomerados de grande mídia, possam se proteger sob o binarismo de atraso/progresso, sem assumir responsabilidade do estado das coisas. Quando o Pacto Federativo por sua vez atingiu a realidade regional, a culpa vem do poder central, a exemplo do que ocorreu com o FUNDAP, posto pelo estado sob um “manto ideológico”, confrontando-se aqui a um apontamento veemente de Pereira (2012): “O argumento é sempre o mesmo: mexer no FUNDAP significa tirar dinheiro dos municípios. Por isso, ele é sacrossanto.” (p. 21)

Se a narrativa histórica de superação do atraso, além de arcabouço teórico, instrumentaliza os estudos de história da historiografia espírito-santense, nos debates apresentados até aqui, o que se observou constituiu a atitude de um Estado frágil, de pouco pulso exterior, o que pode levar a estereótipos igualmente equivocados sobre a incapacidade de se forjar lideranças locais, ou trazer lições para visões alternativas do passado local, afim de avaliar se o identitarismo corrente é o único pertencente à história capixaba.

### **Referências**

AMORIM, Radamezi. Praça Oito: Royalties sob alerta máximo. **A Gazeta**, Vitória, ES, 21-11-2009, p.25, c.1-6.

BELESA, Gustavo. Com a injeção de recursos, a produção de gás natural no Estado crescerá 125%. **A Gazeta**, Vitória, 27 de abr. de 2003, p. 10.

\_\_\_\_\_. Empresa diz que até 2006 serão 125 mil barris de petróleo por dia no ES. **A Gazeta**, Vitória, 10 de jun. de 2003, p. 9.

BRASIL. **Lei n. 9.478**, de 6 de Agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. D.O.U. de 7.8.1997.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BRASIL. **Lei nº 12.734**, de 30 de novembro de 2012. Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. D.O.U. de 30/11/2012, p. 1 EDIÇÃO EXTRA.

BRIDI, Rita. ES tem recorde de receita e volta a investir em 2005. **A Gazeta**, Vitória, 25 de dez. 2004, p. 11.

\_\_\_\_\_; ZANDONADI, Denise. Petróleo muda perfil dos investimentos no Espírito Santo. **A Gazeta**, Vitória, 02 de jan. de 2005, p. 18.

CARDOSO, Letícia. Lula garante que emendas de royalties não vão virar lei. **A Gazeta**, Vitória, ES, 22-06-2010, p.11, c.1-6.

ESTEVES, Nathália. Estado se prepara para batalha dos royalties. **A Tribuna**, Vitória, ES, 02-07-2010, p.33, c.1-3.

FILHO, Abdo. Estado vai perder 30% do dinheiro das obras. **A Gazeta**, Vitória, ES, 18-03-2010, p.15, c.1-6.

FILHO, Abdo. Dos cafezais aos royalties, perdas incalculáveis. **A Gazeta**, Vitória, ES, 20-11-2011, p.40-43, c.1-17.

FUTURO incerto: Estado fica sem R\$ 1 bi por ano. **A Gazeta**, Vitória, ES 12-06-2010, p.13 e 14, c.1-6

GOVERNADOR acusa União de centralização. **A Tribuna**, Vitória, ES, 30-10-2009, p.33, c.1-3.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Resultados da busca – royalties**. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Search/Results?lookfor=royalties&type=AllFields>>. Acesso em 19 ago. 2020

MAIA, Ferdinanda Fernandes; TERRA, Denise Cunha Tavares; DA MATTA, Ludmila Gonçalves. Informação pela Mídia: A Reprodução do Debate sobre o Novo Sistema de Partilha dos Royalties. In.: **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 5, n. 12, 2015.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

PEREIRA, André Ricardo V. V. Entrando em campo para perder: a inserção do Espírito Santo no debate político nacional. In.: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. (org.) **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória: SECULT, 2012.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 3: de Carvalho a Ribeiro**. História Plural do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2017.

ROYALTIES: Lula lava as mãos e passa a bola para o Senado. **A Gazeta**, Vitória, ES, 19-03-2010, p.15, c.1-6.

ROYALTIES: Valeu, ministro Fux! Membro do STF suspendeu votação do veto marcada para hoje. **A Gazeta**, Vitória, ES, 18-12-2012, p.27, c.1-6

SANTANA, Ney. Dinheiro dos royalties para todos os municípios. **A Tribuna**, Vitória, ES, 16-07-2009, p.28, c.1-6.

Secretários e vereadores presos por desvios de verbas. **A Tribuna**, Vitória-ES, 28-05-2011, p.45-47, c.1-5.

SEIXAS, Beatriz. Hartung frente a frente com Ibsen. **A Tribuna**, Vitória, ES, 10-10-2010, p.25, c.1-5.

THOMAZELLI, Rondinelli. Royalties: Dilma lava as mãos e rejeita liderar acordo. **A Gazeta**, Vitória, ES, 17-11-2011, p.27, c.1-6.

THOMAZELLI, Rondinelli. Petróleo é nosso. Vitória da justiça. **A Gazeta**, Vitória-ES, 19-03-2013, p.27-28.29

THOMAZELLI, Rondinelli. Petróleo é nosso. Vitória da justiça. **A Gazeta**, Vitória, ES, 19-03-2013, p.27-28.29.

ZANDONADI, Denise. Entenda como a nova lei do petróleo pode afetar o setor. **A Gazeta**, Vitória, ES, 28-06-2009, p.19, c.1-6

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

ZANDONADI, Denise. Indústria do petróleo abre mercado para capixabas. **A Gazeta**, Vitória, 24 de ago. de 2004, p. 11.

ZANDONADI, Denise. Lula diz que congresso não vai reduzir royalties. **A Gazeta**, Vitória, ES, 02-09-2009, p.13, c.1-6.